

Alerta Legislação nº 38, de 14 a 19 set. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.506, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE); altera a [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), a [Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016](#), a [Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017](#), e a [Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024](#); e dá outras providências.

DECRETO Nº 13.120, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a correção do valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC entre março de 2023 e agosto de 2026.

Prefeitura de São Paulo

LEI Nº 18.532, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

(Projeto de Lei nº 409/25, dos Vereadores...)

Institui o Programa de Inclusão no mercado de trabalho de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo.

LEI Nº 18.531, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

(Projeto de Lei nº 527/22, dos Vereadores...)

Autoriza a instituição da Política Municipal de Estímulo, Incentivo e Promoção da Mulher Empreendedora no âmbito do Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

17/09/2026
(Ed. extra)

DECRETO Nº 13.120, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a correção do valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC entre março de 2023 e agosto de 2026.

16/09/2026 (Ed. extra)	<u>LEI Nº 15.506, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE); altera a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024; e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 13.119, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos produtores e às cooperativas de produtores de biocombustíveis destinados ao consumo final, nos termos do disposto no art. 2º, § 5º e § 6º, da Lei Complementar nº 235, de 27 de agosto de 2026. <u>DECRETO Nº 13.118, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026</u> Regulamenta a Lei nº 15.506, de 16 de setembro de 2026, para dispor sobre o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, e institui o Grupo de Assessoramento sobre Minerais Críticos e Estratégicos.
15/09/2026	<u>LEI Nº 15.505, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a Linfangioleiomiomatose. <u>LEI Nº 15.504, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026</u> Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de <i>Datacenter</i> (Redata), e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 237, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026</u> Altera a Lei Complementar nº 229, de 30 de março de 2026, para incluir o regime especial de tributação para serviços de datacenter, os programas federais de financiamento de ações de apoio às pessoas com câncer e às pessoas com deficiência, bem como a desoneração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das sociedades resseguradoras locais, entre as exceções às regras aplicáveis à concessão de benefícios tributários; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para desobrigar os Municípios com até 65.000 (sessenta e cinco mil) habitantes de comprovar, para fins de realização de transferências voluntárias, o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor e a prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.
14/09/2026 (Ed. extra)	<u>LEI Nº 15.503, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026</u> Destina recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte escolar, profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores

	novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social ou econômica; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000 (Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 (Lei de Incentivo à Indústria de TV Digital), a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Cultura	GABINETE DA MINISTRA (GM) PORTARIA MINC Nº 314, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 Homologa o tombamento do Palacete Celina Guinle e Linneo de Paula Machado e seus jardins, situados no município do Rio de Janeiro.
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA MF Nº 2.813, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 Estabelece o valor unitário da subvenção econômica a ser paga aos beneficiários de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 1.391, de 11 de setembro de 2026 SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.342, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.228, de 3 de outubro de 2024, que dispõe sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no processo de adaptação da legislação brasileira às regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA INTERMINISTERIAL MJSP/MRE/MTE Nº 68, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 Dispõe sobre a concessão de autorização de residência para fins de trabalho, prévia à emissão de visto, a imigrantes que venham ao Brasil para exercer atividades vinculadas à preparação, à organização, ao planejamento e à execução de megaeventos.
Ministério da Saúde	SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE PORTARIA SAES/MS Nº 4.940, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 Inclui, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, procedimentos relacionados as Ofertas de Cuidado Integrado de Atenção em Nefrologia no escopo do Componente Ambulatorial do Programa Agora Tem Especialistas. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

	<u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 57, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a cirurgia antiglaucomatosa por via angular com goniotomia excisional ou com trabeculotomia transluminal durante a cirurgia de facectomia com implante de lente intraocular com facoemulsificação para pacientes diagnosticados com catarata e glaucoma primário de ângulo aberto com dano inicial ou moderado controlado com colírios, conforme Protocolo do Ministério da Saúde. Ref: 25000.046980/2026-65. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 56, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o carbonato de lítio de liberação prolongada de 450 mg para o tratamento de pacientes com transtorno bipolar. Ref.: 25000.200342/2025-15. <u>PORTARIA SAES/MS Nº 4.904, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026</u> Inclui, na Tabela de Equipamentos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de saúde (CNES), veículos para transporte sanitário para apoio ao deslocamento de pacientes em tratamento radioterápico e em Terapia Renal Substitutiva na modalidade hemodiálise.
Ministério de Portos e Aeroportos	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM- MPOR Nº 54, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui, no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos, a Política de Sustentabilidade e o Pacto pela Sustentabilidade. <u>PORTARIA GM- MPOR Nº 52, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre o Programa de Supervisão Ministerial das empresas estatais vinculadas ao Ministério de Portos e Aeroportos, com foco na coordenação, diálogo participativo e troca de experiências para a excelência na execução das políticas públicas.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MF Nº 199, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026</u> Regulamenta os arts. 6º a 13 da Lei nº 15.503, de 14 de setembro de 2026, que autoriza a destinação, pela União, de recursos para disponibilizar linha de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. <u>PORTARIA GM/MDIC Nº 270, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026</u> Estabelece os procedimentos e as condições para habilitação de montadoras e as contrapartidas obrigatórias no âmbito do financiamento reembolsável de que tratam os arts. 6º a 13 da Lei nº 15.503, de 14 de setembro de 2026. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO <u>PORTARIA Nº 555, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026</u>

	Altera a Portaria Inmetro nº 499, de 20 de dezembro de 2021, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Painéis Metálicos - Consolidado e a Portaria Inmetro nº 282, de 26 de agosto de 2020, que estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos públicos de liberação sob responsabilidade do Inmetro no âmbito da Avaliação da Conformidade compulsória.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MMA Nº 1.779, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui as Áreas Prioritárias de Recarga Hídrica no Bioma Cerrado. <u>PORTARIA GM/MMA Nº 1.777, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026</u> Estabelece normas relativas às modalidades de pagamento por serviços ambientais previstas na <u>Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021</u>, no âmbito da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA IBAMA Nº 183, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026</u> Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa que cria e regulamenta a Certidão Ambiental, instrumento digital de consolidação e disponibilização de dados e informações provenientes de um conjunto de sistemas integrados administrados pelo Ibama, e dá outras providências. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) <u>PORTARIA ICMBIO Nº 4.363, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Aprova o Plano Específico de Prevenção, Erradicação, Controle e Monitoramento de Búfalos (<i>Bubalus bubalis</i>) da Reserva Biológica do Lago Piratuba - Plano de Búfalos da REBIO do Lago Piratuba (processo 02122.002814/2025-94).
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP Nº 051, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui a Política de Gestão de Processos no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e da Polícia Penal, dispõe sobre suas diretrizes, instrumentos de padronização, gestão de riscos, gestão de mudanças e responsabilidades, estabelece o uso obrigatório da plataforma oficial e dá providências correlatas.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SDUH Nº 49, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026</u> Formaliza as alterações na classificação dos CCESP e FCESP no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, constante do Anexo II do Decreto nº 69.760, de 31 de julho de 2025, nos termos do § 2º do artigo 20 do Decreto nº 68.742/2024.
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 740 DE 16 DE SETEMBRO DE 2026</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas. <u>RESOLUÇÃO SFP-29, DE 10-09-2026</u> Dispõe sobre os procedimentos e os critérios relativos ao Processo de Avaliação, para fim de pagamento do Prêmio de Produtividade Médica - PPM, no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento.
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SFP-PGE Nº 1, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026</u> Regulamenta, no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento e da Procuradoria Geral do Estado, a emissão da Certidão Única de Débitos para prova de regularidade fiscal perante o Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 189, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a agosto de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS <u>RESOLUÇÃO Nº 188, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a agosto de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, para Entidades da Administração Pública (SAP e IAMSPE). <u>RESOLUÇÃO Nº 187, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a agosto de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas). <u>PORTARIA CONJUNTA CGA/CSS Nº 01/2026</u> Dispõe sobre diretrizes para utilização prioritária das Atas de Registro de Preços gerenciadas pela Coordenadoria Geral de Administração – CGA, desta Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e disciplina procedimentos relacionados à sua utilização pelas Unidades Participantes.

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA ↳ Gabinete do Reitor <u>RESOLUÇÃO GR Nº 31/2026, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre a utilização e operacionalização do estabelecimento filial da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, destinado ao processamento de operações de importação vinculadas a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG Nº 362, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui o Regimento Interno da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - EDEPE.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
19/09/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 849/2026, DE 18/09/2026</u> Institui o Programa Estadual de Valorização e Amparo ao Trabalho Ambulante no Estado de São Paulo e dá outras providências.
17/09/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 848/2026, DE 17/09/2026</u> Dispõe sobre a disponibilização de Denúncia Assistida à Pessoa Idosa e dá outras providências.
15/09/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 842/2026, DE 15/09/2026</u> Dispõe sobre a instalação de banheiros destinados a pessoas transgênero em estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo no Estado de São Paulo e dá outras providências.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
16/09/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 46/2026</u> Consulta pública sobre a minuta do Guia de Custos para o Setor Público O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por sua Secretaria-Diretoria Geral, COMUNICA aos órgãos jurisdicionados estaduais e municipais e aos demais interessados que o Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN),

	abriu consulta pública sobre a minuta do Guia de Custos para o Setor Público (GCSP).
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
17/09/2026	<u>LEI Nº 18.535, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 379/20, dos Vereadores...) Autoriza a instituição do Programa Museu de Arte de Rua (MAR). <u>LEI Nº 18.534, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 775/25, dos Vereadores Cris Monteiro – NOVO e Silvinho Leite – UNIÃO) Autoriza a instituição de Programa Municipal de Oficinas de Educação Financeira no âmbito do Município de São Paulo. <u>LEI Nº 18.532, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 409/25, dos Vereadores...) Institui o Programa de Inclusão no mercado de trabalho de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo. <u>LEI Nº 18.531, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 527/22, dos Vereadores...) Autoriza a instituição da Política Municipal de Estímulo, Incentivo e Promoção da Mulher Empreendedora no âmbito do Município de São Paulo.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>